



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

CÂMARA TÉCNICA ORDINÁRIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DATA: 29 de abril de 2021

HORÁRIO: 9h30min.

LOCAL: À distância.

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Lourdes de Costa Remor (CIB), Eduardo Macário (SUVIS), João Fuck (DIVE), Ariele Schiessi Fialho (DIVE), Jaqueline Reginatto (SUR), Jane Laner Cardoso (DAPS).

COSEMS: Sidnei Bellé (Cosems), Maria Cristina Willemann (Cosems), Priscila Meira (Cosems) e Bruna Storck (Blumenau).

Coordenação: JOÃO FUCK

PAUTA

1. VACINAS CONTRA CORONAVIRUS: GRUPO DAS COMORBIDADES.

1. VACINAS: Campanha Covid-19

João Fuck, Diretor de Vigilância Epidemiológica da SES, informa que hoje está chegando uma remessa de vacina e chegará outra remessa na próxima segunda-feira. Com relação à vacinação do Grupo das Comorbidades, João Fuck refere que foi iniciada a construção da proposta de Deliberação para a vacinação das Comorbidades e cita que foi publicada a 6ª versão do Plano Nacional de Imunização no dia 28 de abril de 2021, ontem. Informa que aqui em SC são aproximadamente 900.000 pessoas com comorbidades. A seguir, a Minuta da Deliberação, elaborada a partir da reunião do dia 26 de abril de 2021 na reunião da Câmara Técnica de Vigilância em Saúde: "Considerando o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, na sua 6ª edição (versão 3) de 28/04/2021; Considerando que foram definidos como grupos prioritários para vacinação as pessoas com comorbidades, pessoas com deficiência permanente com Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as gestantes e puérperas entre 18 a 59 anos; Considerando que as estimativas do Ministério da Saúde para a vacinação deste grupo envolve a vacinação de 992.404 pessoas; Considerando que foram listadas 22 comorbidades no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19; Considerando a Nota Técnica Nº 467/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS que trata das orientações da vacinação dos grupos de pessoas com comorbidades, pessoas com deficiência permanente e gestantes e puérperas na Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19; Considerando que o quantitativo de doses encaminhadas pelo Ministério da Saúde ao Estado de Santa Catarina ocorre de forma escalonada e não contemplará a totalidade de pessoas dos grupos indicados acima em um único momento, para aprovar as orientações para a vacinação das pessoas com comorbidades, pessoas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

- 48 com deficiência permanente inscritas no Benefício de Prestação Continuada (BPC)
49 e as gestantes e puérperas entre 18 a 59 anos. Com o início da vacinação deste
50 grupo, devem ser priorizados em um primeiro momento:
51. Pessoas maiores de 18 anos com Síndrome de Down;
 52. Pessoas maiores de 18 anos com doença renal crônica em terapia de substituição
53 renal (diálise);
 54. Pessoas maiores de 18 anos com transplante de órgão sólido ou de medula óssea;
 55. Gestantes e puérperas maiores de 18 anos com comorbidades*;
 56. Pessoas maiores de 18 anos com alguma deficiência permanente cadastradas no
57 BPC;
 58. Pessoas com comorbidades* entre 55 a 59 anos;
- 59 – Com o recebimento de mais doses, os demais grupos de comorbidades*,
60 gestantes e puérperas serão incluídas no grupo de vacinação obedecendo o critério
61 de idade, na seguinte ordem:
62. 54 a 50 anos;
 63. 49 a 45 anos;
 64. 44 a 40 anos;
 65. 39 a 35 anos;
 66. 34 a 30 anos;
 67. 29 a 18 anos.
- 68 – As vacinas para atender as pessoas com doença renal crônica em terapia de
69 substituição renal (diálise) serão encaminhadas para os municípios com clínicas
70 que realizam o procedimento de diálise nos pacientes, e estes devem enviar às
71 clínicas, viabilizando a vacinação da totalidade deste grupo, o que não seria
72 possível caso o grupo fosse estratificado.
- 73 – Para os demais grupos, as vacinas serão distribuídas considerando as
74 estimativas do Ministério da Saúde e demais órgãos, quando disponíveis para os
75 municípios catarinenses, bem como os dados da campanha de vacinação de
76 Influenza realizada no ano de 2020. Estas estimativas servirão de referência para a
77 distribuição inicial e a possibilidade de correção de sub ou superestimativas será
78 considerada para remessas futuras.
- 79 – Segundo o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-
80 19, na sua 6ª edição (versão 3) de 28/04/2021, para fins de vacinação contra a
81 COVID-19 são consideradas comorbidades*: Diabetes mellitus, Pneumopatas
82 graves, Hipertensão arterial resistente (HAR), Hipertensão arterial estágio 3,
83 Hipertensão arterial estágios 1 e 2 com lesão em órgão-alvo e/ou comorbidade,
84 Insuficiência cardíaca (IC), Cor-pulmonale e hipertensão pulmonar, Cardiopatia
85 hipertensiva, Síndrome coronarianas, valvopatias, Miocardites, Pericardiopatias,
86 Doença da aorta, dos grandes vasos e fístulas arteriovenosas, Arritmias cardíacas,
87 Cardiopatias congênita no adulto, prótese valvares e dispositivos cardíacos
88 implantados, Doença cerebrovascular, Doença renal crônica, Imunossuprimidos,
89 Hemoglobinopatias graves, Obesidade mórbida, Síndrome de down, Cirrose
90 hepática.
- 91 **Observação:** O detalhamento de cada uma das situações está descrito no Quadro
92 2 do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.
- 93 – A comprovação da condição deve ocorrer através de uma das seguintes formas:
94 Cadastros já existentes nas Unidades de Saúde ou outros serviços dos municípios;
95 Atestado médico ou relatório médico com a indicação da condição da pessoa;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

96 Prescrição médica ou exames ou receitas que deixem claro a condição da pessoa
97 (não compete ao vacinador a interpretação do resultado do exame ou a prescrição
98 médica para tratamento de determinada comorbidade), considerando o prazo de
99 validade de 1 ano para as prescrições de medicamentos de uso não controlados.
100 – Em relação às pessoas com deficiência permanente, nesta etapa de vacinação
101 serão priorizadas aquelas contempladas com o BPC. Para isso, será necessário
102 apresentar um registro de que a pessoa é beneficiária do BPC. As demais pessoas
103 com deficiência permanente serão contempladas no seguimento da campanha de
104 vacinação, conforme a disponibilidade de doses.
105 – A vacinação das gestantes poderá ocorrer independentemente da idade
106 gestacional e o teste de gravidez não deve ser um pré-requisito para a
107 administração das vacinas nas mulheres. A gravidez deverá ser comprovada por
108 meio da carteira de acompanhamento da gestante/pré-natal ou laudo médico e o
109 puerpério pela declaração de nascimento da criança ou certidão de nascimento.
110 – Aquelas com as comorbidades* listadas no Plano Nacional devem comprovar a
111 condição seguindo as recomendações descritas acima. Para as demais, a
112 vacinação deve ocorrer seguindo o critério de idade”. Algumas questões levantadas
113 pelos participantes com relação à Minuta, a seguir. Um das questões é a
114 comprovação da comorbidade: se será por receita, relatório médico, atestado
115 médico, cadastro e os prazos de validade desses documentos comprobatórios. A
116 pessoas deficientes cadastradas no BPC possuem cadastro. As gestantes com
117 comorbidades estarão no primeiro grupo. Maria Cristina (Cosems) sugere incluir na
118 proposta de Deliberação os denominadores que necessitam ser corrigidos como a
119 quantidade. João Fuck sugere que essa denominador da quantidade seja colocada
120 na quantidade estimada da influenza que será utilizada como ponto de partida.
121 Priscila Meira (Cosems) sugere não colocar o link para a correção no primeiro
122 momento. Bruna Storck (Blumenau) questiona como serão computados os
123 pacientes em diálise nas clínicas de Blumenau, pois muitos pacientes que realizam
124 diálise em Blumenau não são residentes de Blumenau. Outra questão levantada
125 por Bruna Storck é a comprovação das gestantes, pois entraram nessa fase de
126 vacinação todas as gestantes e não somente as com comorbidades. Quanto aos
127 deficientes, pergunta se é suficiente o PBC. Cita também, o quantitativo da
128 influenza de 2020 que a adesão foi baixa. João Fuck esclarece que o levantamento
129 dos doentes renais em diálise será por clínica e não por município. Quanto as
130 gestantes, A Nota Técnica 467/2021 refere que as gestantes devem ser todas
131 vacinadas independente de comorbidade, iniciando pelas que possuem
132 comorbidade. Quanto ao quantitativo da influenza utilizado como referência, João
133 Fuck esclarece que esse quantitativo será utilizado como ponto de partida. Ao longo
134 da campanha, irá se ajustando por meio do formulário que será disponibilizado.
135 Com relação ao BPC, João esclarece que o paciente pode fazer auto declaração (O PNI traz o documento ou auto declaração). Ariele Schiessi Fialho (DIVE) refere
136 que o PNI não traz a auto declaração. João coloca que puérpera é contado até 45
137 dias após o parto. Abortamento também é considerado puérpera. Eduardo
138 Macário, Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, cita que é importante
139 vacinar todas as gestantes e puérperas, não excluindo os abortos (cadastro médico
140 ou carteirinha do RN). Inicia com as gestantes com comorbidades para depois
141 vacinar todas as gestantes. Eduardo Macário sugere a inclusão dos transplantados
142 e doenças mentais severas (autistas e outros). João Fuck cita que concorda com a
143



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

144 inclusão dos transplantados, mas, quanto aos deficientes já é um pouco mais
145 complicado em função da referência do BPC. Eduardo argumenta que autistas e
146 portadores de paralisia cerebral apresentam mais dificuldades para usar máscaras
147 e outros procedimentos. Maria Cristina (cosems) refere que é de acordo se houver
148 doses suficientes. Priscila Meira (Cosems) coloca que seria bom ter a estimativa da
149 quantidade dos autistas e portadores de paralisia cerebral. Maria Cristina pensa
150 que é melhor abrir grupos menores e avançar na totalidade. Eduardo sugere
151 elencar todas as comorbidades na Deliberação, priorizando por fases. Eduardo cita
152 que é difícil igualar todos os municípios nesse momento, porque um pequeno
153 município é diferente de um grande município. Buscar o equilíbrio nos municípios
154 com diferenças populacionais significativas. Jane Laner Cardoso (DAPS) refere que
155 é fácil chegar as estimativas dos grupos, pois a maioria possui associações que
156 possuem cadastro. Com relação aos deficientes, deveriam ser aqueles que vão à
157 escola, a APAE, a algum espaço social. Os que de maiores riscos são os que
158 possuem alguma mobilidade social. Bruna Storck cita que já contatou a Associação
159 da Síndrome de Down de Blumenau e eles não possuem cadastro. Ariele Schiessi
160 Fialho (DIVE) acredita que estratificar demais, dificulta a operacionalização. Sugere
161 priorizar alguns grupos e depois, seguir por faixa etária. Eduardo Macário esclarece
162 que, se a remessa de vacina chegar no dia 03 de maio, já se inicia a vacinação do
163 Grupo das Comorbidades. João Fuck questiona se todos concordam com a
164 inclusão dos transplantados e do espectro autista. João lembra que o BPC é a
165 renda. Primeiro, fariam as vacinas dos cadastrados no BPC, depois, por faixa
166 etária. Bruna Storck cita que o paciente que é cadastrado na unidade de saúde, não
167 precisava trazer prescrição médica. Mas, os pacientes que não dependem do SUS
168 eram solicitados indicação do médico ou receita. Mas a exigência de indicação
169 pelo médico gera demandas e isso foi criticado. Jaqueline Reginatto,
170 Coordenadora da Rede de Pessoas Portadoras de Deficiências, informa que os
171 cadastrados no BPC é um grupo pequeno, que pode ser conseguido na Secretaria
172 de Assistência Social. Eduardo questiona Jaqueline sobre a estimativa das pessoas
173 de espectro autista e portadores de paralisia cerebral. Jaqueline cita que esses
174 dados estão com Atenção Primária. Jane Laner Cardoso (DAPS) informa que os
175 dados sobem diretamente ao Ministério da Saúde e o acesso é bem complicado,
176 pois está fora do ar desde o ano passado, 2020. Com relação a informação do
177 cadastro do BPC, Jaqueline cita que o acesso é fácil. Da Síndrome de Down,
178 Jaqueline refere que não possui. João Fuck coloca que, nesse início seriam
179 vacinados os cadastrados no BPC e levantar a quantidade para incluir outras
180 comorbidades. Com relação às comorbidades das gestantes, João informa que são
181 as 22 listadas no Plano Nacional de Imunização. João Fuck refere que a Minuta da
182 Deliberação não fica fechada para poder fazer os levantamentos citados e
183 compartilhar essa Minuta.

184 **Encaminhamentos:** Compartilhar a minuta com as sugestões e aguardar o
185 levantamento de dados. Não está concluída.

186

187

188

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite